



Concurso “MELHOR BROA CASEIRA 2025” - Ficha de Inscrição

| | |
|--------------------------|--|
| Nome | |
| Morada | |
| Contato | |
| Cartão Cidadão/BI | |
| NIF | |
| IBAN | |

Eu, _____, na qualidade de participante no Concurso “Melhor Broa Caseira 2025”, declaro ter tomado conhecimento do regulamento do concurso, aceitando as condições sem qualquer reserva e tomei conhecimento de que é obrigatória a minha presença, desde início, no referido concurso.

Arouca ___/___/___

Assinatura _____

| Ficha Descritiva do Produto | | | |
|------------------------------------|------------------|--------|-----|
| Ingrediente | Produção Própria | Compra | obs |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Observações:

Declaração no Âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)

O titular dos dados pessoais constantes da presente ficha de inscrição, enquanto candidato ao concurso “melhor broa caseira” - 2023, declara, nos termos e para os efeitos previstos no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, que:

1. Autoriza o tratamento dos seus dados pessoais, pelo Município de Arouca, NIPC 506 808 122, com o fim de serem utilizados no âmbito do referido concurso ou outras iniciativas relacionadas com o produto broa caseira.
2. Autoriza que esses dados sejam partilhados com os prestadores de serviços que a autarquia decida contratar no âmbito do referido evento;
3. E que, no âmbito da recolha desses dados, o Município de Arouca facultou toda a informação necessária, designadamente no que respeita:
 - i) à identidade e contatos do Município, enquanto responsável pelo tratamento dos dados;
 - ii) às finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam;
 - iii) aos destinatários dos dados pessoais;
 - iv) à conservação dos dados, cujo prazo vigorará enquanto a autarquia levar a cabo aquele evento;
 - v) à existência do direito de solicitar o acesso aos meus dados pessoais, bem como a sua retificação ou o seu apagamento;
 - vi) ao direito de retirar o consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado até aí;
 - vii) ao direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo;
 - viii) e ao carácter não obrigacional ou contratual do fornecimento dos dados.